

Demonstrações Financeiras



Sumário

Balanço Patrimonial	pag. 4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	pág. 6
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa	pág. 9
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios	pág. 10
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	pág. 12
Demonstração das Mutações do Ativo Líquido	pág. 14
Demonstração das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	pág. 15
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios	pág. 17
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	pág. 19

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

R\$ Mil

			2014			2013
ATIVO		PLANOS	Canadidada	PLANOS		
	BD	PAI	Consolidado —	BD	PAI	Consolidado
DISPONÍVEL	24	69	93	32	70	102
REALIZÁVEL	250.698	1.869.971	2.120.669	266.020	1.728.757	1.994.777
Gestão Previdencial	-	279	279	-	576	576
Gestão Administrativa	140	168	308	46	244	290
Investimentos	250.558	1.869.524	2.120.082	265.974	1.727.937	1.993.911
Títulos Públicos <i>(Nota 5 b III)</i>	-	-	-	-	40.053	40.053
Créditos Privados e Depósitos (<i>Nota 5 b III</i>)	1.004	57.686	58.690	915	23.758	24.673
Ações (Nota 5 b III)	-	-	-	1.986	-	1.986
Fundos de Investimento (Nota 5 b III)	245.531	1.804.493	2.050.024	259.260	1.656.364	1.915.624
Empréstimos (Nota 5 b III)	-	7.345	7.345	1	7.762	7.763
Depósitos Judiciais/Recursais (Nota 5 c)	4.023	-	4.023	3.812	-	3.812
PERMANENTE		37	37	-	33	33
Imobilizado	-	37	37	-	33	33
TOTAL DO ATIVO	250.722	1.870.077	2.120.799	266.052	1.728.860	1.994.912

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

R\$ Mil

			2014			2013
PASSIVO		PLANOS	Consolidado —		PLANOS	Consolidado
	BD	PAI	Consolidado	BD	PAI	Consonidado
EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 6)	813	1.796	2.609	487	1.288	1.775
Gestão Previdencial	485	546	1.031	398	376	774
Gestão Administrativa	188	848	1.036	43	663	706
Investimentos	140	402	542	46	249	295
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	3.369	-	3.369	3.146	-	3.146
Investimentos (Nota 7 a)	3.369	-	3.369	3.146	-	3.146
PATRIMÔNIO SOCIAL	246.540	1.868.281	2.114.821	262.419	1.727.572	1.989.99
Patrimônio de Cobertura do Plano	200.227	1.350.290	1.550.517	194.292	1.265.027	1.459.319
Provisões Matemáticas (Nota 8 b)	148.101	1.350.290	1.498.391	141.150	1.265.027	1.406.177
Benefícios Concedidos	129.944	215.321	345.265	122.320	173.131	295.45
Benefícios a Conceder	18.157	1.134.969	1.153.126	18.830	1.091.896	1.110.726
Equilíbrio Técnico	52.126		52.126	53.142	-	53.142
Resultados Realizados	52.126	-	52.126	53.142	-	53.142
Superávit Técnico Acumulado (Nota 9)	52.126	-	52.126	53.142	-	53.142
Reserva de Contingência	37.025	-	37.025	35.288	-	35.288
Reserva Especial	15.101	-	15.101	17.854	-	17.854
Fundos (Nota 10)	46.313	517.991	564.304	68.127	462.545	530.672
Fundos Previdenciais	46.178	515.844	562.022	68.009	461.138	529.147
Fundos Administrativos	135	2.147	2.282	118	1.407	1.525
TOTAL DO PASSIVO	250.722	1.870.077	2.120.799	266.052	1.728.860	1.994.912

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - CONSOLIDADO

$\Box \Phi$	A 4
H	IVI

	DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	1.989.991	2.017.950	-1,4%
•••••	1. Adições	259.110	118.180	119,3%
			······································	
(+)	Contribuições Previdenciais	12.651	15.271	-17,2%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	240.810	98.153	145,3%
(+)	Receitas Administrativas	5.376	4.596	17,0%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	273	160	70,6%
	2. Destinações	(134.280)	(146.139)	-8,1%
(-)	Benefícios	(106.432)	(70.496)	51,0%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(22.956)	(70.976)	-67,7%
(-)	Despesas Administrativas	(4.881)	(4.656)	4,8%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	(11)	(11)	0,0%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	124.830	(27.959)	-546,5%
(+/-)	Provisões Matemáticas	92.214	(6.773)	-1461,5%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.016)	608	-267,1%
(+/-)	Fundos Previdenciais	32.875	(21.883)	-250,2%
(+/-)	Fundos Administrativos	757	89	750,6%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.114.821	1.989.991	6,3%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - PLANO BD

R\$ Mil

				R\$ MII
	DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	262.419	296.419	-11,5%
	1. Adições	31.807	17.744	79,3%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	31.299	17.221	81,7%
(+)	Receitas Administrativas	491	513	-4,3%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	17	10	70,0%
	2. Destinações	(47.686)	(51.744)	-7,8%
(-)	Benefícios	(44.049)	(36.314)	21,3%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(3.146)	(14.917)	21,1%
(-)	Despesas Administrativas	(491)	(513)	-4,3%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(15.879)	(34.000)	-53,3%
(+/-)	Provisões Matemáticas	6.951	(9.198)	-175,6%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.016)	608	-267,1%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(21.831)	(25.420)	-14,1%
(+/-)	Fundos Administrativos	17	10	70,0%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	246.540	262.419	-6,1%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - PLANO PAI

- 4	
$D\Psi$	ΝЛ

	DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	1.727.572	1.721.531	0,4%
	1. Adições	227.303	100.436	126,3%
(+)	Contribuições Previdenciais	12.651	15.271	-17,2%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	209.511	80.932	158,9%
(+)	Receitas Administrativas	4.885	4.083	19,6%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	256	150	70,7%
	2. Destinações	(86.594)	(94.395)	-8,3%
(-)	Benefícios	(62.383)	(34.182)	82,5%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(19.810)	(56.059)	-64,7%
(-)	Despesas Administrativas	(4.390)	(4.143)	6,0%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	(11)	(11)	0,0%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	140.709	6.041	2229,2%
(+/-)	Provisões Matemáticas	85.263	2.425	3416,0%
(+/-)	Fundos Previdenciais	54.706	3.537	1446,7%
(+/-)	Fundos Administrativos	740	79	836,7%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.868.281	1.727.572	8,1%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.525	1.436	6,20%
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.649	4.756	18,78%
1.1. Receitas	5.649	4.756	18,78%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.117	2.466	26,40%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.233	2.098	6,43%
Taxa de Adm. de Empréstimos e Financiamentos	26	29	-10,34%
Resultado Positivo dos Investimentos	273	161	69,57%
Outras Receitas	-	2	-100,00%
2. Despesas Administrativas	4.881	4.656	4,83%
2.1. Administração Previdencial	2.978	2.897	2,80%
Pessoal e Encargos	1.151	1.232	-6,57%
Treinamentos/Congressos e Seminários	78	36	116,67%
Viagens e Estadias	4	8	-50,00%
Serviços de Terceiros	626	839	-25,39%
Despesas Gerais	682	375	81,87%
Depreciações e Amortizações	8	6	33,33%
Outras Despesas	429	401	6,98%
2.2. Administração dos Investimentos	1.903	1.759	8,19%
Pessoal e Encargos	743	754	-1,46%
Treinamentos/Congressos e Seminários	28	22	27,27%
Viagens e Estadias	-	5	-100,00%
Serviços de Terceiros	416	297	40,07%
Despesas Gerais	710	670	5,97%
Outras Despesas	6	11	-45,45%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	11	11	0,00%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	757	89	750,56%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	757	89	750,56%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	2.282	1.525	49,64%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - PLANO BD

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	118	108	9,3%
1. Custeio da Gestão Administrativa	508	523	-2,87%
1.1. Receitas	508	523	-2,87%
Custeio Administrativo dos Investimentos	491	510	-3,73%
Resultado Positivo dos Investimentos	17	11	54,55%
Outras Receitas	-	2	-100,00%
2. Despesas Administrativas	491	513	-4,37%
2.1. Administração Previdencial	360	373	-3,60%
2.1.1. Despesas Comuns	132	123	7,32%
2.1.2. Despesas Específicas	228	250	-8,97%
Serviços de Terceiros	176	197	-10,66%
Despesas Gerais	5	4	25,00%
Outras Despesas	47	49	-4,94%
2.2. Administração dos Investimentos	131	140	-6,43%
2.2.1. Despesas Comuns	88	93	-5,38%
2.2.2. Despesas Específicas	43	47	-8,51%
Despesas Gerais	43	47	-8,51%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	17	10	74,20%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	17	10	74,20%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	135	118	14,76%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - PLANO PAI

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.407	1.328	5,95%
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.141	4.233	21,45%
1.1. Receitas	5.141	4.233	21,45%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.117	2.466	26,40%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.742	1.588	9,70%
Taxa de Adm. de Empréstimos e Financiamentos	26	29	-10,34%
Resultado Positivo dos Investimentos	256	150	70,67%
2. Despesas Administrativas	4.390	4.143	5,95%
2.1. Administração Previdencial	2.618	2.526	3,62%
2.1.1. Despesas Comuns	1.987	1.990	-0,15%
2.1.2. Despesas Específicas	631	536	17,64%
Pessoal e Encargos	-	30	-100,00%
Viagens e Estadias	4	-	0,00%
Serviços de Terceiros	37	129	-71,32%
Despesas Gerais	215	36	497,22%
Depreciações e Amortizações	8	6	33,33%
Outras Despesas	367	335	9,41%
2.2. Administração dos Investimentos	1.772	1.617	9,59%
2.2.1. Despesas Comuns	1.423	1.285	10,74%
2.2.2. Despesas Específicas	349	332	5,12%
Serviços de Terceiros	19	30	-36,67%
Despesas Gerais	330	302	9,27%
3. Resultado Negativo dos Investimentos	11	11	0,00%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	740	79	837,30%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	740	79	837,30%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	2.147	1.407	52,63%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - PLANO BD

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
1. Ativos	250.722	266.052	-5,76%
Disponível	24	32	-25,00%
Recebível	140	46	203,31%
Investimento	250.558	265.974	-5,80%
Créditos Privados e Depósitos	1.004	915	9,73%
Ações	1.004	1.986	-100,00%
Fundos de Investimento	245.531	259.260	-5,30%
Empréstimos		1	-100,00%
Depósitos Judiciais / Recursais	4.023	3.812	5,54%
2. Obrigações	4.182	3.633	15,11%
Operacional	813	487	66,94%
Contingencial	3.369	3.146	7,09%
3. Fundos não Previdenciais	135	118	14,41%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	246.405	262.301	-6,06%
Provisões Matemáticas	148.101	141.150	4,92%
Superávit/Déficit Técnico	52.126	53.142	-1,91%
Fundos Previdenciais	46.178	68.009	-32,10%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - PLANO PAI

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
1. Ativos	1.870.077	1.728.860	8,17%
Disponível	69	70	-1,43%
Recebível	447	820	-45,49%
Investimento	1.869.524	1.727.937	8,19%
Títulos Públicos	-	40.053	-100,00%
Créditos Privados e Depósitos	57.686	23.758	142,81%
Fundos de Investimento	1.804.493	1.656.364	8,94%
Empréstimos	7.345	7.762	-5,37%
Permanente	37	33	12,12%
2. Obrigações	1.796	1.288	39,44%
Operacional	1.796	1.288	39,44%
3. Fundos não Previdenciais	2.147	1.407	52,59%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.866.134	1.726.165	8,11%
Provisões Matemáticas	1.350.290	1.265.027	6,74%
Fundos Previdenciais	515.844	461.138	11,86%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - CONSOLIDADO

R\$ Mil

	DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.988.466	2.016.514	-1,4%
	1. Adições	256.578	115.890	121,4%
(+)	Contribuições	15.768	17.737	-11,1%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	240.810	98.153	145,3%
	2. Destinações	(132.505)	(143.938)	-7,9%
(-)	Benefícios	(106.432)	(70.496)	51,0%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(22.956)	(70.976)	-67,7%
(-)	Custeio Administrativo	(3.117)	(2.466)	26,4%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	124.073	(28.048)	-542,4%
(+/-)) Provisões Matemáticas	92.214	(6.773)	-1461,5%
(+/-)) Fundos Previdenciais	32.875	(21.883)	-250,2%
(+/-)) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.016)	608	-267,1%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.112.539	1.988.466	6,2%
	C) Fundos não previdenciais	2.282	1.525	49,6%
(+/-)	Fundos Administrativos	2.282	1.525	49,6%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - PLANO BD

R\$ Mil

	DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	262.301	296.311	-11,5%
	1. Adições	31.299	17.221	81,7%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	31.299	17.221	81,7%
	2. Destinações	(47.195)	(51.231)	-7,9%
(-)	Benefícios	(44.049)	(36.314)	21,3%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(3.146)	(14.917)	-78,9%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(15.896)	(34.010)	-53,3%
(+/-)	Provisões Matemáticas	6.951	(9.198)	-175,6%
(+/-)	Fundos Previdenciais	(21.831)	(25.420)	-14,1%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.016)	608	-267,1%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	246.405	262.301	-6,1%
•••••	C) Fundos não previdenciais	135	118	14,4%
(+/-)	Fundos Administrativos	135	118	14,4%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - PLANO PAI

R\$ Mil

	DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.726.165	1.720.203	0,3%
	1. Adições	225.279	98.669	128,3%
(+)	Contribuições	15.768	17.737	-11,1%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	209.511	80.932	158,9%
	2. Destinações	(85.310)	(92.707)	-8,0%
(-)	Beneficios	(62.383)	(34.182)	82,5%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(19.810)	(56.059)	-64,7%
(-)	Custeio Administrativo	(3.117)	(2.466)	26,4%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	139.969	5.962	2247,7%
(+/-)	Provisões Matemáticas	85.263	2.425	3416,0%
(+/-)	Fundos Previdenciais	54.706	3.537	1446,7%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.866.134	1.726.165	8,1%
	C) Fundos não previdenciais	2.147	1.407	52,6%
(+/-)	Fundos Administrativos	2.147	1.407	52,6%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - PLANO BD

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	250.399	265.891	-5,8%
1. Provisões Matemáticas	148.101	141.150	4,9%
1.1. Benefícios Concedidos	129.944	122.320	6,2%
Benefício Definido	129.944	122.320	6,2%
1.2. Benefício a Conceder	18.157	18.830	-3,6%
Benefício Definido	18.157	18.830	-3,6%
2. Equilíbrio Técnico	52.126	53.142	-1,9%
2.1. Resultados Realizados	52.126	53.142	-1,9%
Superávit Técnico Acumulado	52.126	53.142	-1,9%
Reserva de Contingência	37.025	35.288	4,9%
Reserva para Revisão de Plano	15.101	17.854	-15,4%
3. Fundos	46.178	68.009	-32,1%
3.1. Fundos Previdenciais	46.178	68.009	-32,1%
4. Exigível Operacional	625	444	40,8%
4.1. Gestão Previdencial	485	398	21,9%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	140	46	204,3%
5. Exigível Contingencial	3.369	3.146	7,1%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.369	3.146	7,1%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 - PLANO PAI

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2014	2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.867.082	1.726.790	8,1%
1. Provisões Matemáticas	1.350.290	1.265.027	6,7%
1.1. Benefícios Concedidos	215.321	173.131	24,4%
Contribuição Definida	215.321	173.131	24,4%
1.2. Benefício a Conceder	1.134.969	1.091.896	3,9%
Contribuição Definida	1.134.969	1.091.896	3,9%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	694.771	674.200	3,1%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	440.198	417.696	5,4%
3. Fundos	515.844	461.138	11,9%
3.1. Fundos Previdenciais	515.844	461.138	11,9%
4. Exigível Operacional	948	625	51,7%
4.1. Gestão Previdencial	546	376	45,2%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	402	249	61,4%

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

a. Constituição

A Fundação Itaúsa Industrial ("Fundação"), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com sede na Av. Paulista, 1.938, 17º andar, Bela Vista, São Paulo, autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência Social pela Portaria nº 1.618, de 16 de novembro de 1994 com a denominação Aricanduva Previdência S/C, cuja razão social foi alterada para Fundação Itaúsa Industrial, conforme a Portaria da Secretaria de Previdência Complementar nº 862, de 18 de maio de 2001, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo em reuniões realizadas nos dias 02 e 03.03.2015, respectivamente.

b. Finalidade

A Fundação tem como objetivo a instituição, administração e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário nas formas disciplinadas em seu Estatuto Social, Regulamentos dos planos de benefícios e a legislação vigente.

Os recursos para custeio dos planos de benefícios atualmente em vigor, Plano de Benefício Definido ("Plano BD") e Plano de Benefícios de Contribuição Definida ("Plano PAI"), provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos das aplicações dessas contribuições nos ativos autorizados pelo órgão governamental competente.

O Plano BD, do tipo benefício definido, é um plano em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes e tem por finalidade básica a concessão de benefício que, sob a forma de renda vitalícia, destina-se a complementar, nos termos de seu respectivo regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social.

O Plano PAI, do tipo contribuição definida, tem por finalidade a concessão de benefício de caráter previdenciário na forma de renda mensal por tempo determinado, independente da concessão do benefício de aposentadoria pela Previdência Social, sendo que a renda mensal dos benefícios concedidos é apurada na data de concessão do benefício, com base no saldo de conta total, conforme regulamento do plano, que é formado por contribuições do próprio participante, da patrocinadora à qual estiver vinculado e pelos rendimentos das aplicações financeiras, motivo pelo qual este tipo de plano não apresenta risco atuarial.

c. Patrocinadoras

São entendidas como patrocinadoras as sociedades que celebrem Convênio de Adesão com o plano de benefícios. Em 31 de dezembro de 2014 os planos de benefícios administrados pela Fundação possuíam as seguintes patrocinadoras:

Plano BD - CNPB 19.790.037-18

Duratex S.A.
Duratex Comercial Exportadora S.A.
Duratex Empreendimentos Ltda.
Duratex Florestal Ltda.
Fundação Itaúsa Industrial
Itaúsa Empreendimentos S.A.
Itautec S.A.
Itautec.Com Serviços S.A.
Itautec Locação e Comércio de
Equipamentos S.A.

Plano PAI - CNPB 20.010.017-38

Duratex S.A.
Duratex Comercial Exportadora S.A.
Duratex Empreendimentos Ltda.
Duratex Florestal Ltda.
Elekeiroz S.A.
Fundação Itaúsa Industrial
Itaúsa Empreendimentos S.A.
Itautec S.A.
Itautec.Com Serviços S.A.
Itautec Locação e Comércio de
Equipamentos S.A.

d. Participantes

Os participantes são todos os funcionários, administradores, ex-funcionários e ex-administradores de suas patrocinadoras que fizeram a opção aos planos de benefícios oferecidos.

Abaixo demonstramos a posição de participantes e assistidos por patrocinadora e planos de benefícios:

			2014			2013
Patrocinadoras		PLANOS	- 1	PLANOS		
	BD	PAI	Total ——	BD	PAI	Total
ATIVOS	48	6.222	6.270	55	6.256	6.311
Duratex S.A. e controladas	47	5.667	5.714	53	5.650	5.703
Elekeiroz S.A.	-	455	455	-	446	446
Fundação Itaúsa Industrial	-	10	10	-	9	9
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	23	23	-	15	15
Itautec S.A. e controladas	1	67	68	2	136	138
ASSISTIDOS	522	385	907	538	330	868
Duratex S.A. e controladas	457	280	737	476	247	723
Elekeiroz S.A.	-	5	5	-	2	2
Itaúsa Empreendimentos S.A.	5	2	7	5	2	7
Itautec S.A. e controladas	60	98	158	57	79	136
VINCULADOS	64	3.112	3.176	67	3.676	3.743
Duratex S.A. e controladas	31	780	811	30	716	746
Elekeiroz S.A.	-	14	14	-	12	12
Fundação Itaúsa Industrial	-	4	4	-	4	4
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	9	9	-	8	8
Itautec S.A. e controladas	33	2.305	2.338	37	2.936	2.973
Total	634	9.719	10.353	660	10.262	10.922

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução PREVIC/DC nº 6, de 13 de novembro de 2013, Resolução CNPC nº 12, de 30 de agosto de 2013, que altera a Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011; Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução SNPC nº 5, de 08 de setembro de 2011 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de Ativos e Passivos, observadas as gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com os itens 60 - 65 da NBC TG 26.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas de forma segregada por Plano de Benefícios e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- Gestão Previdencial Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos** Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a. Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio.
- Gestão Administrativa Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuadas pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- Investimentos Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimento e Derivativos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

a) Títulos para negociação - Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;
b) Títulos mantidos até o vencimento - Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Derivativos são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, e as variações estão sendo reconhecidas no resultado dos investimentos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Empréstimos

Os empréstimos aos participantes ativos são remunerados pelo índice de referência ou meta atuarial do plano de benefícios, acrescidos de juros de 1,15% a.a. e taxa de administração de 0,35% a.a.

A Provisão de Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa (PDD) é constituída, se necessária, com base em análise do crédito vencido, pelos consultores jurídicos da Entidade.

b. Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

- 10% a.a. para Móveis e Utensílios;
- 20% a.a. para Equipamentos de Informática.

c. Exigível Operacional

São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos. Essas obrigações são segregadas por Gestão Previdencial, Administrativa e Investimentos.

d. Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com as práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

e. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e contribuições administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

f. Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

São escrituradas pelo regime contábil de competência.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, as bonificações e os juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidos após a publicação da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

g. Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

h. PIS/COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

NOTA 4 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais são contabilizadas na Gestão Administrativa - Administração Previdencial, e, considerando que a Fundação administra dois planos de benefícios, os custos comuns são rateados em função da quantidade de participantes de cada plano, e custeados através de contribuições dos Participantes e Patrocinadoras (Plano PAI) e por transferência de rentabilidade dos Investimentos (Plano BD), conforme Planejamento Orçamentário e de Custeio Administrativo da Fundação, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que também específica que parte das despesas administrativas previdenciais serão rateadas para as despesas da administração de investimentos, de acordo com o seguinte critério:

Contas	% Alocado p/ Gestão Previdencial	% Alocado p/ Investimentos
Pessoal e Encargos (inclusive Benefícios), Desp. Condominiais e Treinamento		
Auditoria, Sistemas de Informação e Associações de Classe	60%	40%
Consultorias e Comunicação		

As despesas administrativas de investimentos são custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa - Administração dos Investimentos, sendo que os custos comuns são rateados em função do patrimônio de cada plano.

A entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes de contribuições específicas e receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

NOTA 5 - INVESTIMENTOS

a. Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A gestão dos investimentos dos planos e do PGA são realizadas por meio da Segregação Real dos Ativos.

Inclui, além dos recursos do Plano de Benefícios, os ativos do PGA:

Docevicão			2014			2013
Descrição	Plano BD	Plano PAI	TOTAL	Plano BD	Plano PAI	TOTAL
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	40.053	40.053
Créditos Privados e Depósitos	1.004	57.686	58.690	915	23.758	24.673
Ações	-	-	-	1.986	-	1.986
Fundos de Investimentos	245.531	1.804.493	2.050.024	259.260	1.656.364	1.915.624
Empréstimos	-	7.345	7.345	1	7.762	7.763
Depósitos Judiciais/Recursais	4.023	-	4.023	3.812	-	3.812
TOTAL	250.558	1.869.524	2.120.082	265.974	1.727.937	1.993.911

b. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, possuindo o Itaú Unibanco e outras Instituições Financeiras, como agentes de custódia, de acordo com a legislação em vigor.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento, tipo de carteira e segmento dos Títulos e Valores.

I. Títulos para negociação

Estão registrados a valor de mercado, em consonância com os limites e riscos estabelecidos na Política de Investimentos da Entidade.

	2014		
			2013
Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
799	799	721	721
205	205	194	194
111.415	111.415	131.668	131.668
-	-	1.986	1.986
112.419	112.419	134.569	134.569
	205 111.415 - 112.419	799 799 205 205 111.415 111.415 112.419 112.419	799 799 721 205 205 194 111.415 111.415 131.668 - - 1.986

Plano PAI	Plano PAI					
Doscrieão		2014		2013		
Descrição	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado		
Notas do Tesouro Nacional	-	-	40.053	40.053		
Debêntures não Conversíveis	-	-	22.825	22.825		
Debêntures Conversíveis em Ações	989	989	933	933		
Letras Financeiras	56.697	56.697	-	-		
Fundos de Investimentos Financeiros	1.766.911	1.766.911	1.461.376	1.461.376		
Ações	-	-	-	-		
Fundos de Investimentos em Ações	37.582	37.582	194.988	194.988		
Total	1.862.179	1.862.179	1.720.175	1.720.175		

Os títulos classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco e o indexador.

II. Títulos mantidos até o vencimento

A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os seguintes títulos:

Plano BD				
Descrição		2014		2013
Descrição	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Fundos de Investimentos Financeiros	134.116	127.783	127.592	118.678
NTN-B	122.421	116.733	117.173	108.968
LETRAS FINANCEIRAS (LF)	11.695	11.050	10.419	9.710
Total	134.116	127.783	127.592	118.678

O Fundo Cartagena Previdenciário Multimercado, exclusivo do Plano BD, com investimento total de R\$ 245.351 em 31.12.2014, possui R\$ 134.116 em títulos mantidos até o vencimento e R\$ 111.235 em títulos para negociação.

III. Títulos e Valores Mobiliários por Vencimento

PLANO BD						
			TOTAL			
Descrição	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2014	31/12/2013
Créditos Privados e Depósitos	-	-	205	799	1.004	915
Cias Abertas - Debêntures não Conversíveis	-	-		799	799	721
Patrocinadores - Debêntures Conversíveis	-	-	205	-	205	194
Fundos de Investimentos	600	70.218	66.770	107.943	245.531	259.260
Fundos Exclusivos	420	70.218	66.770	107.943	245.351	259.151
Notas do Tesouro Nacional	-	18.522	20.220	107.943	146.685	117.173
Letras Financeiras do Tesouro	-	41.041	111	-	41.152	108.768
Letras Financeiras	-	-	27.422	-	27.422	31.013
Letras do Tesouro Nacional	-	10.657	10.189	-	20.846	-
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	8.144	-	8.144	-
Debêntures	-	-	684	-	684	1.598
Fundos de Investimentos - FIDC	420	-	-	-	420	603
Contas a Pagar/Receber	-	(2)	-	-	(2)	(4)
Fundos Abertos	180	-	-	-	180	109
Títulos de Renda Variável	-	-	-	-	-	1.986
Ações	-	-	-	-	-	1.986
Empréstimos	-	-	=	-	-	1
TOTAL	600	70.218	66.975	108.742	246.535	262.162

PLANO PAI				ENCIMENTO		
			TOTAL			
Descrição	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2014	31/12/2013
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	40.053
NTN-B	-	-	-	-	-	40.053
Créditos Privados e Depósitos	-	-	6.796	50.890	57.686	23.758
Letras Financeiras	-	-	5.807	50.890	56.697	22.825
Patrocinadores - Debêntures não Conversíveis	-	-	989	-	989	933
Fundos de Investimentos	82.626	953.209	713.804	54.854	1.804.493	1.656.364
Fundos Exclusivos	-	953.209	713.804	54.854	1.721.867	1.441.805
Letras Financeiras	-	82.527	525.399	6.487	614.413	336.851
Operações Compromissadas	-	630.258	-	-	630.258	95.394
Letras do Tesouro Nacional	-	137.788	126.766	-	264.554	180.269
Letras Financeiras do Tesouro	-	25.214	21.528	38.125	84.867	127.679
Termo	-	40.177	-	-	40.177	44.964
Certificados de Depósitos Bancários	-	27.583	8.111	-	35.694	27.475
Debêntures	-	1.812	15.009	5.419	22.240	56.400
Notas do Tesouro Nacional	-	-	13.781	4.823	18.604	569.679
Fundos de Investimentos - FIDC	-	7.590	-	-	7.590	3.161
DPGE	-	-	3.210	-	3.210	-
Opções	-	381	-	-	381	(27)
Contas a Pagar/Receber	-	(121)	-	-	(121)	(40)
Fundos Abertos	45.044	-	-	-	45.044	19.571
Fundos de Investimentos em Ações	37.582	-	-	-	37.582	194.988
Empréstimos	-	2.774	4.571	-	7.345	7.762
TOTAL	82.626	955.983	725.171	105.744	1.869.524	1.727.937

		31/12/201							
DESCRIÇÃO	Plano BD	Plano PAI	TOTAL	31/12/2013					
Títulos Públicos	-	-	-	40.053					
NTN-B	-	-	-	40.053					
Créditos Privados e Depósitos	1.004	57.686	58.690	24.673					
Patrocinadoras - Debêntures Conversíveis	205	989	1.194	1.127					
Cias Abertas - Debêntures não Conversíveis	799	56.697	57.496	23.546					
Fundos de Investimentos	245.531	1.766.911	2.012.442	1.720.636					
Fundos Exclusivos	245.351	1.721.867	1.967.218	1.700.956					
Nashira Prev. Multimercado FI	-	815.839	815.839	675.063					
FI RF Crédito Privado Itaúsa Industrial	-	636.339	636.339	586.832					
Cartagena Prev. Multimercado Fl	245.351	-	245.351	259.151					
BB Star FI Multimercado Crédito Privado	-	166.639	166.639	179.910					
NewPort News WAM FI Multimercado	-	103.050	103.050	-					
Fundos Abertos	180	45.044	45.224	19.680					
Bradesco FI Renda Fixa IMA-B	-	21.206		_					
HSBC FI Regimes Previdenciários	-	21.065		-					
BTG Pactual Hedge Plus	-	-	-	17.789					
Itaú Active Fix IB Multimercado FI	180	2.773	2.953	1.891					
TOTAL	246.535	1.824.597	2.071.132	1.785.362					

V. Renda Variável

			31/12/2014	31/12/2013
DESCRIÇÃO	Plano BD	Plano PAI	TOTAL	TOTAL
Ações	-	-	-	1.986
Itautec ON	-	-	-	1.986
Fundos de Ações	-	37.582	37.582	194.988
BTG Absoluto Institucional FIA	-	27.681	27.681	44.137
Itaú Personnalité Momento 30 Ações	-	6.001	6.001	-
Itaú Personnalité Momento Ações	-	1.996	1.996	22.450
Itaú RPI Ações Ibovespa	-	1.904	1.904	53.673
CSHG Genevé FIC FIA	-	-	-	52.728
Itaú Personnalité Momento Ações	-	-	-	22.450
BTG Pactual Institucional Dividendos	-	-	-	11.871
Itaú Small Caps Valuation FIA	-	-	-	6.100
BTG Small Caps FIA	-	-	-	4.029
TOTAL	-	37.582	37.582	196.974

c. Depósitos Judiciais / Recursais

Referem-se aos depósitos judiciais de PIS, IPTU, IPMF e CPMF. Abaixo, a posição dos depósitos judiciais:

Dosericão	Depósito		Juros		то	
Descrição	2014	2013	2014	2013	2014	2013
PIS EC 10/96	149	149	478	431	627	580
PIS EC 17/97	489	489	1.576	1.444	2.065	1.933
IPTU	190	190	224	197	414	387
IPMF	18	18	13	13	31	31
CPMF	237	237	649	644	886	881
TOTAL	1.083	1.083	2.940	2.729	4.023	3.812

NOTA 6 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

a. Gestão Previdencial e Administrativa

Corresponde à provisão de imposto de renda retido sobre os pagamentos de benefícios concedidos e contas a pagar dos gastos operacionais da Fundação.

b. Investimentos

Corresponde ao IOF a recolher retido das operações com participantes e as provisões de reembolso entre planos, proveniente da transferência de recursos para cobertura do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

NOTA 7 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As contingências são avaliadas de acordo com as determinações contidas na NPC nº 22, do IBRACON. Tanto as contingências ativas como as passivas, são avaliadas pela Administração de forma individualizada, com base na opinião de seus consultores jurídicos. No caso das contingências ativas, as mesmas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as passivas são provisionadas quando a probabilidade de perda é avaliada como sendo provável e se possa mensurar com razoável segurança.

a. Plano BD

Referem-se às provisões e depósitos judiciais de IPMF, IRRF, PIS e IPTU. Abaixo a posição das provisões contingenciais:

Descrição		Provisão		Juros	тота		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
Provisões s/ Depósito	253	253	130	104	383	357	
IRRF	253	253	130	104	383	357	
Provisões c/ Depósito	842	842	2.144	1.947	2.986	2.789	
PIS EC 10/96	149	149	478	431	627	580	
PIS EC 17/97	489	489	1.576	1.444	2.065	1.933	
IPTU	186	186	77	59	263	245	
IPMF	18	18	13	13	31	31	
TOTAL	1.095	1.095	2.274	2.051	3.369	3.146	

NOTA 8 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

- **a.** As provisões matemáticas foram calculadas pelos atuários da empresa Towers Watson Consultoria Ltda., cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando as características peculiares do Estatuto Social e Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.
- I. Provisões matemáticas de benefícios concedidos Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada.
- II. Provisões matemáticas de benefícios a conceder Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

b. Demonstrativo da composição das provisões matemáticas

Descripée			2014			2013
Descrição	Plano BD	Plano PAI	Total	Plano BD	Plano PAI	Total
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	129.944	215.321	345.265	122.320	173.131	295.451
Saldo de Contas dos Assistidos	-	215.321	215.321	-	173.131	173.131
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	128.098	-	128.098	120.238	-	120.238
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Programados	1.846	-	1.846	2.082	-	2.082
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	18.157	1.134.969	1.153.126	18.830	1.091.896	1.110.726
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Inst.	-	694.771	694.771	-	674.200	674.200
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	440.198	440.198	-	417.696	417.696
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	18.081	-	18.081	18.747	-	18.747
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Programados	76	-	76	83	-	83
Total do Exigível Atuarial	148.101	1.350.290	1.498.391	141.150	1.265.027	1.406.177

c. Premissas e Hipóteses Atuariais

I. Plano BD

	2014	2013
Hipóteses Econômicas		
Taxa real anual de juros	4,50%	4,75%
Projeção do crescimento real de salário	2,27%	3%
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0%	0%
Projeção do crescimento real dos benefícios do Plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do Plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%
Hipóteses Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua entrada em invalidez	RRB-1944 modificada²	RRB-1944 modificada²
Tábua de rotatividade		Experiência Fundação Itaúsa Industrial ajustada

¹Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo. ²RRB-1944 modificada, suavizada em 70%.

II. Plano PAI

Para esse Plano, as hipóteses atuariais não são aplicáveis, uma vez que seu benefício de aposentadoria programável é composto por contribuições do participante e das patrocinadoras, acrescidas dos rendimentos financeiros.

NOTA 9 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

De acordo com a legislação em vigor, o resultado superavitário do plano de benefício (Plano BD) será destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% do valor das reservas matemáticas, e o valor que exceder a esse limite será constituída reserva especial para revisão de plano.

Descrição	2014	2013	Variação
Plano BD	52.126	53.142	(1.016)
Reserva de Contingência	37.025	35.288	1.737
Reserva Especial para Revisão de Plano	15.101	17.854	(2.753)

NOTA 10 - FUNDOS

562.022 46.178	68.009	32.875 (21.831)
46.178	68.009	(21.831)
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
515.844	461.138	54.706
2.282	1.525	757
135	118	17
2.147	1.407	740
564.304	530.672	33.632
	2.282 135 2.147 564.304	2.282 1.525 135 118 2.147 1.407 564.304 530.672

a. Fundos Previdenciais

Plano BD

- I. Constituído em 2010, para atendimento ao disposto no art. 17 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com a finalidade de destinar parte da reserva especial para revisão de plano, de acordo com a solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar Previc, e aprovada pela Portaria nº 36, de 25 de janeiro de 2013.
- II. O processo de destinação prevê a reversão de valores aos participantes e patrocinadores, sendo que os valores destinados aos participantes e patrocinadores foram definidos conforme estabelecido no art. 15 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.
- III. A proporção dos valores atribuíveis aos patrocinadores foi estabelecida na solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar Previc, com base nas provisões matemáticas equivalentes de cada patrocinador em 31/12/2009.
- IV. O valor a cada participante e assistido foi estabelecido pela proporcionalidade do benefício efetivo ou projetado em 31/12/2009, conforme a solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar Previc, sendo que os critérios de pagamento e alocação para os participantes e assistidos estão previstos no Regulamento do plano.

- V. O Fundo é rentabilizado mensalmente pelo retorno dos investimentos do plano.
- VI. Apresentamos a seguir a posição dos valores distribuídos e os pagamentos efetuados até 31.12.2014:

	<u> </u>	PARTICIPANTES			
DESCRIÇÃO	DURATEX	ITAUTEC	ITAÚSA EMPREENDIMENTOS	(Ativos/ Assist/Autop)	FUNDO
Saldo Inicial em 31.12.2013	30.681	23.330	5.173	8.825	68.009
(-) Pagamentos p/ Patrocinadoras¹	(14.861)	(11.301)	(2.506)	-	(28.668)
(-) Pagamentos p/ Assisitidos¹	-	-	-	(3.646)	(3.646)
(-) Reversões ²	-	-	-	(616)	(616)
+ Constituição para distrib. Futura³	-	-	-	-	5.000
+ Atualização	2.751	2.092	464	792	6.099
Saldo Final em 31.12.2014	18.571	14.121	3.131	5.355	46.178

¹A distribuição foi iniciada no mês de mar/2013, conforme Portaria nº 36, de 25.01.13, publicada no D.O.U. de 28.01.13. ² Refere-se ao valor dos participantes Ativos que é transferido mensalmente para Reserva de Benefícios a Conceder.

Plano PAI

I. Corresponde aos valores dos saldos das contas das patrocinadoras não utilizadas pelos participantes em função de sua opção no momento do desligamento do Plano. Esses valores podem ser utilizados para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras para o Plano de forma solidária, a exceção da Fundação Itaúsa Industrial, conforme previsto no convênio de adesão firmado entre estas e o plano.

Abaixo a composição do Fundo em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

DESCRIÇÃO	FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL	DEMAIS EMPRESAS	2014	FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL	DEMAIS EMPRESAS	2013
Saldo Inicial	64	461.074	461.138	62	457.539	457.601
+ Constituições	-	10.607	10.607	1	8.597	8.598
(-) Reversões	-	(9.492)	(9.492)	-	(11.711)	(11.711)
Rendimento	7	53.584	53.591	1	6.649	6.650
Saldo Final	71	515.773	515.844	64	461.074	461.138

³Valor disponível para distribuição futura que será submetido à aprovação da PREVIC.

b. Fundo Administrativo

Destinado ao custeio das despesas com administração da gestão previdencial dos planos de benefícios (Plano BD e Plano PAI) e de investimentos (Plano BD), é constituído com recursos das patrocinadoras (Plano BD e PAI) e dos participantes (Plano PAI).

NOTA 11 - PARTES RELACIONADAS

Podem ser consideradas Partes Relacionadas da Fundação Itaúsa Industrial: os Participantes; as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio do Convênio de Adesão para oferecimento dos planos administrados pela Fundação aos seus funcionários e Dirigentes; e; seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Fundação Itaúsa Industrial.

Em 31.12.2014, os Planos BD e PAI possuíam em sua carteira própria Debêntures da patrocinadora Duratex totalizando R\$ 205 e R\$ 989, respectivamente.

NOTA 12 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Foi aprovada pela PREVIC, através da Portaria nº 357, de 17 de julho de 2014 a alteração do regulamento do Plano PAI que traz no Capítulo IX a criação dos Perfis de Investimentos. Com isso, a Fundação Itaúsa Industrial passou a oferecer aos participantes e assistidos do Plano PAI as opções de perfis *Conservador, Moderado e Agressivo*.

O quadro abaixo demonstra as informações sobre os perfis em 31.12.2014:

Plano PAI - CNPB 20.010.017-38			
Perfil	Qte. Participantes	Volume de Recursos	Rentabilidade ¹
Conservador	7.591	1.052.630	11,61%
Moderado	1.804	289.260	9,16%
Agressivo	324	6.399	6,69%
Total	9.719	1.348.289	11,21%

¹A rentabilidade acumulada do período de jan a ago/14 do Plano PAI considera cota única e a partir de set/14, a rentabilidade é calculada por perfil.

A diferença entre o volume de recursos acima e o total da Reserva do Plano PAI (R\$ 1.350.290), no montante de R\$ 2.001 refere-se aos ex-participantes que aguardam elegibilidade para resgate dos saldos.

NOTA 13 - EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme a Instrução Previc nº 19, de 4 de fevereiro de 2015, a Entidade informa que não adotou, de forma facultativa para o exercício de 2014, as regras das Resoluções CNPC nº 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014 e que sua adoção, obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015, produzirá efeitos na posição econômico-financeira do Plano BD.

O efeito estimado da precificação dos títulos públicos federais (NTN-B), calculados pela Fundação, utilizando a taxa de 4,5% definida na Avaliação Atuarial de 2014, não afetará negativamente o resultado.



Sumário

Relatório dos Auditores Independentes	pág. 37
Parecer Atuarial – Plano BD	pág. 38
Parecer Atuarial – Plano CD	pág. 45
Parecer do Conselho Fiscal	pág. 48
Parecer do Conselho Deliberativo	pág. 49
Resumo do Demonstrativo de Investimentos	pág. 50
Resumo da Política de Investimentos – Plano CD	pág. 56
Resumo da Política de Investimentos – Plano BD	pág. 59
Resumo da Política de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa	pág. 61

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras Fundação Itaúsa industrial

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Itaúsa Industrial ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social, das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, das mutações do patrimônio social, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Itaúsa Industrial e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

São Paulo, 03 de março de 2015.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury Contadora CRC 1SP192785/O-4

PARECER ATUARIAL - PLANO BD

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 do Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Itaúsa Industrial posicionado em 30/09/2014.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefício Definido são: Duratex S.A., Duratex Comercial Exportadora S.A., Duraflora S.A., Duratex Empreendimentos Ltda., Fundação Itaúsa Industrial, Itaúsa Empreendimentos S.A., Itautec S

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2014.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação e pelas empresas, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras oferecem o referido plano de benefícios a seus empregados considerando o regime de solidariedade entre todas as empresas dos compromissos referentes aos benefícios oferecidos pelo plano.

O Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial encontra-se em extinção desde 30/09/2002.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 36 de 25/01/2013.

I - Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/09/2014
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	94
ldade média (em anos)	47,2
Tempo de serviço médio (em anos)	21,5
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	22
Benefícios Concedidos	30/09/2014
Número de aposentados válidos	313
ldade média (em anos)	72,6
Valor médio do benefício	R\$ 1.925
Número de aposentados inválidos	46
ldade média (em anos)	66,6
Valor médio do benefício	R\$ 351
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	166
ldade média (em anos)	71,4
Valor médio do benefício	R\$ 1.363
Número de pensionistas (grupos familiares)	0
ldade média (em anos)	0
Valor médio do benefício	0

¹Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Itaúsa Industrial e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefício Definido conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	12/2014	12/2013
Taxa real anual de juros	4,50% a.a.	4,75% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,27% a.a.	3,00% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
• Salários	100%	100%
• Benefícios do plano	100%	100%
• Benefícios do INSS	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	12/2014	12/2013
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ⁽¹⁾	AT-2000 ⁽¹⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB-1944 modificada ⁽²⁾	RRB-1944 modificada ⁽²⁾
Tábua de Rotatividade	Experiência Fundação Itaúsa Industrial Ajustada	Experiência Fundação Itaúsa Industrial Ajustada

⁽¹⁾ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo.

⁽²⁾ RRB-1944 modificada, suavizada em 70%

Outras hipóteses	12/2014	12/2013
Elegibilidade ao INSS	mulher e 35 anos de contribuição para o homem	contribuição para o homem
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
• Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Benefícios a conceder		
• Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem

Foi realizado em dezembro/2013 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e na Instrução nº 7 de 12/12/2013. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade geral, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez e rotatividade.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012 e a Instrução nº 7 de 12/12/2013, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson realizou em dezembro de 2014 estudo de aderência da taxa de juros do plano utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas realizados em dezembro de 2013 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 100%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,50% a.a.. Assim, pode-se afirmar, com um bom nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 4,50% a.a. para o Plano de Benefícios Definido, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

O estudo foi apreciado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, realizou, em Dezembro de 2014, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09 de 29/11/2012 e na Instrução nº 7 de 12/12/2013, apresentando o crescimento salarial real de 2,27% a.a.

O estudo acima foi apreciado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Fundação Itausa Industrial.

A patrocinadora considera que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 2,27% a.a. reflete a sua expectativa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com as respectivas políticas de Recursos Humanos.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefício Definido, foram realizados estudos de aderência destas hipóteses.

A Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, realizou, em dezembro de 2013, estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: Tábua de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez e Tábua de Rotatividade. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2014 são as indicadas por esse estudo.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Regime de Capitalização e Método Agregado: Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço / BD-DX, Complementação de Aposentadoria Especial/BD-DX, Complementação de Aposentadoria por Idade / BD-DX, Complementação de Aposentadoria por Invalidez/BD-DX, Renda Mensal Vitalícia/BD-DX, Prêmio por Aposentadoria/BD-DX, Complementação de Aposentadoria concedida pela Previdência Social - COMAP/BD-Itaúsa, Complementação de Aposentadoria concedida pela Previdência Social - COMAP/BD-Itaúsa, Auxílio Funeral/BD-Itaúsa, Auxílio Funeral/BD-Itaúsa, Auxílio Funeral/BD-Itaúsa, Auxílio Funeral/BD-DX.

III - Patrimônio Social

Com base no Balanço da Fundação Itaúsa Industrial de 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Social é de R\$ 246.540.476,34.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Itaúsa para a manutenção de títulos marcados na curva, o Plano de Benefício Definido possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina a Resolução no 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefício Definido ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Itaúsa Industrial.

IV - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	200.227.236,97
Provisões Matemáticas	148.101.132,51
Benefícios Concedidos	129.944.356,64
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	129.944.356,64
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	128.098.175,02
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.846.181,62
Benefícios a Conceder	18.156.775,87
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	18.081.277,95
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	18.081.277,95
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00

(Continuação)

	Valores em R\$
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	75.497,92
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	75.497,92
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	52.126.104,46
Resultados Realizados	52.126.104,46
Superávit Técnico Acumulado	52.126.104,46
Reserva de Contingência	37.025.283,13
Reserva Especial para Revisão de Plano	15.100.821,33
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	46.313.239,37
Fundos Previdenciais	46.178.088,90
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
Revisão de Plano	46.178.088,90
Patrocinadora	35.823.245,52
Participante	5.354.843,38
Patrocinadora 2014	4.335.000,00
Participante 2014	665.000,00
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
Fundo Administrativo	135.150,47

Em 31/12/2009 houve destinação obrigatória e facultativa simultaneamente da Reserva Especial com a constituição do Fundo Previdencial para revisão do plano. Este fundo tem por finalidade a reversão dos valores às patrocinadoras, participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido. Os critérios para utilização dos Fundos foram aprovados pela Previc por meio da Portaria nº 36, de 25/1/2013, publicada no D.O.U. de 28/1/2013.

A reversão de valores para as patrocinadoras está sendo feita desde março de 2013, em 36 parcelas mensais iguais.

Para os participantes e assistidos a destinação esta sendo efetuada em conformidade com os critérios aprovados pela Previc, considerando o benefício efetivo dos ativos e o pago aos assistidos, observadas as disposições regulamentares vigentes.

Nos exercícios de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 o plano apresentou Reserva Especial.

A entidade, suas patrocinadoras e a Towers Watson decidiram por não efetuar a destinação e utilização do recursos para revisão do plano em 31/12/2013, uma vez que verificou-se em estudo realizado com a taxa de desconto de 3,5% a ser obrigatoriamente utilizada a partir de 2018, conforme determinava a Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008 alterada pela Resolução CGPC nº 10 de 19/12/2012, que não haveria registro de reserva especial e portanto com base no Art 9º da Resolução nº 26, de 29/11/2008, não indicava a perenidade das causas que deram origem ao superávit.

Tendo em vista a publicação da Resolução CNPC nº 15 e da Resolução CNPC nº 16 de 19/11/2014 que extinguiu a obrigatoriedade da utilização da taxa de desconto de 3,5% a partir de 2018, o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios consecutivos será integralmente destinado.

Os valores da Reserva Especial apurados em 2010, 2011, 2012 e 2013 são respectivamente: R\$5.612.783,75, R\$3.280.270,95, R\$14.964.604,99 e R\$17.854.028,76.

Em 2014 a Reserva Especial monta a quantia de R\$ 20.100.821,33 e a Fundação Itaúsa Industrial decidiu destinar R\$5.000.000,00 sendo R\$3.280.270,95 a título de revisão obrigatória e R\$1.719.729,05 de revisão facultativa.

A constituição dos fundos previdenciais de patrocinadora e participantes em 2014 observou a proporção das contribuições utilizada para distribuição do fundo de revisão de 2009, 13,3% para os participantes e 86,7% para as patrocinadoras tendo em vista que não ocorreram contribuições após esta data.

O Fundo Previdencial para revisão do plano de patrocinadora 2014 foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2014 e tem por finalidade a reversão dos valores às patrocinadoras do Plano de Benefício Definido. A distribuição dos recursos entre as patrocinadoras será feita considerando a proporção das respectivas provisões matemáticas.

O Fundo Previdencial para revisão do plano de participante 2014 foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2014 e será atribuível aos participantes e assistidos na forma prevista na Resolução CGPC nº 26/2008. Esse fundo será segregado entre os participantes e assistidos considerando o benefício efetivo dos ativos e o pago aos assistidos.

Os critérios descritos acima para destinação e utilização dos Fundos serão encaminhados para aprovação da PREVIC.

V - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 atualizado, pelo método de recorrência.

	Valores em R\$				
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Variação em %		
Passivo Atuarial	148.101.132,51	144.549.343,58	2,45%		
Benefícios Concedidos	129.944.356,64	123.808.785,82	4,95%		
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%		
Benefício Definido	129.944.356,64	123.808.785,82	4,95%		
Benefícios a Conceder	18.156.775,87	20.740.557,76	(12,45%)		
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%		
Benefício Definido	18.156.775,87	20.740.557,76	(12,45%)		

A provisão matemática de benefícios a conceder reduziu enquanto a provisão matemática de benefícios concedidos aumentou, quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, indicando que participantes ativos iniciaram o recebimento de benefício. Além disso, a redução na taxa de juros para 4,50% a.a. ocasionou o aumento no passivo atuarial que conjugado com a redução da projeção do crescimento salarial real explica a variação de 2,45% entre 2013 e 2014.

VI - Plano de Custeio

Tendo em vista a adoção do método agregado na avaliação dos benefícios oferecidos pelo plano e a situação financeira favorável na data da avaliação, não recomendamos contribuição para o exercício de 2014.

Conforme orçamento informado pela Fundação Itaúsa, as despesas administrativas de 2015 em valor equivalente a 11,59% da folha de salários de participantes serão custeadas pelo retorno dos investimentos e pelo Fundo Administrativo, enquanto houver recursos neste.

VII - Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefício Definido, proveniente da unificação dos Planos de Benefícios BD-DX, BD-Itaúsa e BD- Itautec da Fundação Itaúsa Industrial, informamos que o plano encontra-se solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2014.

Lenir Cavalcanti Consultora Sênior

Marta Arruda L. Pires Atuária Sênior MIBA nº 676

PARECER ATUARIAL - PLANO PAI-CD

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD da Fundação Itaúsa Industrial, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Itaúsa Industrial posicionado em 30/09/2014.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD são: Duratex S.A., Duratex Comercial Exportadora S.A., Duraflora S.A., Duratex Empreendimentos Ltda., Elekeiroz S.A., Fundação Itaúsa Industrial, Itaúsa Empreendimentos S.A., Itautec S.A., Itautec S.A., Itautec S.A., Itautec S.A., Itautec S.A., Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2014.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Itaúsa Industrial, verificou- se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Itaúsa Industrial aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 135 publicada no D.O.U. de 16/07/2014.

I - Estatísticas

30/09/2014
8.833
39,4
12,2
644
30/09/2014
360
-
18
-

¹Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

Por ser o Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes, com exceção da capacidade salarial de 100% para apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Para a apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício foi utilizado o seguinte regime financeiro e método atuarial:

- Regime Financeiro Capitalização
- Método atuarial Capitalização Financeira

III - Patrimônio Social

Com base no Balanço Patrimonial da Fundação Itaúsa Industrial, referente ao Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD, de 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Social é de R\$ 1.868.280.879,60.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Itaúsa Industrial.

IV - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.350.289.522,35
Provisões Matemáticas	1.350.289.522,35
Benefícios Concedidos	215.320.688,83
Contribuição Definida	215.320.688,83
Saldo de Conta de Assistidos	215.320.688,83
Benefícios a Conceder	1.134.968.833,52
Contribuição Definida	1.134.968.833,52
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)	694.771.028,54
Saldo de Contas - Parcela Participantes	440.197.804,98
Fundos	517.991.357,25
Fundo Previdencial	515.843.896,95
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	515.843.896,95
Fundo Administrativo	2.147.460,30

VI - Plano de Custeio

Patrocinadoras

As patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento do plano, estimadas em 1,91% da folha de salários dos participantes.

Conforme orçamento informado pela Fundação Itaúsa, as despesas administrativas de 2015 em valor equivalente a 1,02% da folha de salários de participantes serão custeadas observadas as regras estabelecidas no regulamento do plano.

Participantes

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no regulamento do plano, que foram estimadas em 30/09/2014 em 1,68% da folha de salários.

Autopatrocinados

As contribuições dos participantes autopatrocinados, definidas no regulamento do plano, foram estimadas em 0,50% da folha de salários dos participantes.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VII - Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD da Fundação Itaúsa Industrial, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2015.

Lenir Cavalcanti

Consultora Sênior

Marta Arruda L. Pires Atuária Sênior MIBA nº 676

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL, nos termos do art. 15, inciso I do Estatuto Social, após exame do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, são de opinião que referidos documentos refletem adequadamente a posição financeira e patrimonial da Entidade em 31 de dezembro de 2014.

Ademais, nos termos do art. 4º, § 1º da Instrução PREVIC nº 07, de 12 de dezembro de 2013, atestam os resultados obtidos com os Estudos de Aderência realizados pela Towers Watson Consultoria, no qual verificou-se que, em relação aos Estudos de Aderência da Hipótese de Projeção de Crescimento Real de Salário do Plano de Benefício Definido foi recomendada a utilização da taxa de 2,27% a.a., e no que tange ao Estudo da Taxa Real de Juros, o resultado mostra que a taxa real de juros de 4,50% a.a. está aderente à rentabilidade esperada da carteira de ativos pertencentes ao mesmo Plano.

Dessa forma, os membros deste Conselho Fiscal, no desempenho de suas atribuições estatutárias, recomendam sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo, 02 de março de 2015.

Presidente: Irineu Govêa

Conselheiros:

Antonio Borges da Costa João Batista Cardoso Sevilha Luis Carlos Bunese Ricardo Garcia de Souza Victor Zavagli Júnior

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em conformidade com o disposto no artigo 11, § 4º, alínea 'f', do Estatuto Social, o Conselho Deliberativo analisou o parecer lavrado pelo Conselho Fiscal em livro próprio em reunião realizada em 2 de março de 2015.

Analisados o Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Avaliação e Pareceres Atuariais, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, e carta da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes emitida em 02.03.2015, o Conselho Deliberativo concluiu pela exatidão de todos os documentos examinados, que, corroborados com os termos da referida carta, ficam aprovados na íntegra.

São Paulo, 03 de março de 2015.

Presidente: Reinaldo Rubbi

Vice-presidente: João Jacó Hazarabedian

Conselheiros:

Álvaro Penteado de Castro Carlos Roberto Zanelato Marcos Antonio De Marchi

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Ativos por Carteira e Segmento

$D \phi$	۸.
$\mu_{\mathcal{K}}$	IV

	Consoli	Consolidado Plano PA		AI-CD Plano BD			PGA	
Carteira de Investimentos - TOTAL	Valor	% sobre Total dos Investi- mentos	Valor	% sobre Total dos Investi- mentos	Valor	% sobre Total dos Investi- mentos	Valor	% sobre Total dos Investi- mentos
Carteira de Investimentos - Própria								
Segmento								
Renda Fixa	58.698	88,9%	57.694	88,7%	1.004	100,0%	-	_
Renda Variável	-		-	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	7.345	11,1%	7.345	11,3%	-	-	-	_
Depósitos Judiciais / Recursais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL - Carteira Própria	66.043	100,0%	65.039	100,0%	1.004	100,0%	-	-
Carteira de Investimentos - Terceirizada								
Segmento								
Renda Fixa	2.012.451	98,2%	1.764.139	97,9%	245.355	100,0%	2.957	100,0%
Renda Variável	37.582	1,8%	37.582	2,1%	-	-	-	-
TOTAL - Carteira Terceirizada	2.050.033	100,0%	1.801.721	100,0%	245.355	100,0%	2.957	100,0%
Carteira de Investimentos - TOTAL								
Segmento								
Renda Fixa	2.071.149	97,9%	1.821.833	97,6%	246.359	100,0%	2.957	100,0%
Renda Variável	37.582	1,8%	37.582	2,0%	-	-	-	-
Operações com Participantes	7.345	0,3%	7.345	0,4%	-	-	-	-
Depósitos Judiciais / Recursais	-	-	-		-	-	-	-
Total dos Investimentos	2.116.076	100,0%	1.866.760	100,0%	246.359	100,0%	2.957	100,0%

Composição das Carteiras de Investimentos

R\$ Mil

Carteira de Investimentos	Cons	olidado	Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total	Valor	% sobre Total
Títulos Públicos	1.222.754	57,8%	1.012.467	54,2%	209.077	84,9%	1.210	40,9%
LTN / NTNF	300.556	14,2%	279.710	15,0%	20.846	8,5%	0	0,0%
LFT	126.979	6,0%	85.157	4,6%	41.152	16,7%	670	22,7%
NTNB	186.628	8,8%	39.910	2,1%	146.698	59,5%	20	0,7%
Caixa/Op Comp.	607.576	28,7%	607.048	32,5%	13	0,0%	515	17,4%
Outros	1.015	0,0%	642	0,0%	368	0,1%	5	0,2%
Títulos Privados	848.395	40,1%	809.366	43,4%	37.282	15,1%	1.747	59,1%
CDB	43.853	2,1%	35.667	1,9%	8.129	3,3%	57	1,9%
LF	696.817	32,9%	668.410	35,8%	27.396	11,1%	1.011	34,2%
Debênture	28.337	1,3%	26.828	1,4%	1.337	0,5%	172	5,8%
FIDC	7.789	0,4%	7.369	0,4%	420	0,2%		0,0%
Caixa/Op Comp.	27.632	1,3%	27.547	1,5%	0	0,0%	85	2,9%
Outros	43.967	2,1%	43.545	2,3%	0	0,0%	422	14,3%
Ações	37.582	1,8%	37.582	2,0%	-	-	-	-
Empréstimos	7.345	0,3%	7.345	0,4%	-	-	-	-
Consolidado	2.116.076	100,0%	1.866.760	100,0%	246.359	100,0%	2.957	100,0%

Composição das Carteiras de Investimentos

R\$ Mil

Carteira de Investimentos -	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
TERCEIRIZADA	Valor	% sobre Total dos Investi- mentos	Valor	% sobre Total dos Investi- mentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Tota dos Investi- mentos
DECOMPOSIÇÃO POR SEGMENTO / FUNDOS								
Renda Fixa	2.012.451	98,2%	1.764.139	97,9%	245.355	100,0%	2.957	100,0%
Fundos de Investimentos								
Exclusivos	1.967.222	96,0%	1.721.867	95,6%	245.355	100,0%	-	100,0%
13.482.677/0001-55 - BB STAR FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	166.639	8,1%	166.639	9,2%	-	-	-	
10.366.827/0001-77 - ITAÚSA INDUSTRIAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	636.339	31,0%	636.339	35,3%	-	-	_	
03.618.274/0001-37 - NASHIRA FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	815.839	39,8%	815.839	45,3%	-	-	-	
19.941.929/0001-43 - WESTERN ASSET NEWPORT NEWS FI MULTIMERCADO	103.050	5,0%	103.050	5,7%	-	-	-	
05.575.512/0001-08 - CARTAGENA FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO PREVIDENCIÁRIO	245.355	12,0%	-	-	245.355	100,0%	-	
Abertos	45.229	2,2%	42.272	2,3%	-	-	2.957	100,0%
08.702.798/0001-25 - BRADESCO INSTITUCIONAL FICFI RENDA FIXA IMA-B	21.207	1,0%	21.207	1,2%	-	-	-	
12.030.068/0001-00 - HSBC FUNDO DE INVESTIMENTO REGIMES DE PREVIDÊNCIA RENDA FIXA ATIVO IPCA	21.065	1,0%	21.065	1,2%	-	-	-	
04.764.174/0001-81 - IB INSTITUTIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	2.957	0,1%	-	-	-	-	2.957	100,0%

(Continua na próxima página)

(Continuação)

R\$ Mil

Carteira de Investimentos -	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
TERCEIRIZADA	Valor	% sobre Total dos Investi- mentos	Valor	% sobre Total dos Investi- mentos	Valor	% sobre Total dos Investi- mentos	Valor	% sobre Total dos Investi- mentos
Renda Variável	37.582	1,8%	37.582	2,1%	-	-	-	-
Fundos de Investimentos	-	0,0%		0,0%	-	-	-	-
Abertos	37.582	1,8%	37.582	2,1%	-	-	-	-
10.263.609/0001-07 - ITAÚ PERSONNALITÉ MOMENTO FIC AÇÕES	1.996	0,1%	1.996	0,1%	-	-	-	-
16.718.302/0001-30 - ITAÚ MOMENTO 30 FIC AÇÕES	6.001	0,3%	6.001	0,3%	-	-	-	-
08.817.414/0001-10 - ITAÚ FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	1.904	0,1%	1.904	0,1%	-	-	-	-
11.977.794/0001-64 - BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	27.681	1,4%	27.681	1,5%	-	-	-	-
Total	2.050.033	100,0%	1.801.721	100,0%	245.355	100,0%	2.957	100,0%

Rentabilidade

Segmento		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	_	2.014	2.013	2.014	2.013	2.014	2.013
Renda Fixa		12,33%	2,10%	11,81%	1,46%	9,78%	6,45%
Renda Variável		5,81%	-3,40%	-	-23,19%	-	-
Operações com Participantes		13,29%	9,60%	-	9,63%	-	-
Investimentos Estruturados		-	4,80%	-	-	-	-
TOTAL		11,21%	1,46%	11,55%	1,28%	9,78%	6,45%
	Objetivo dos Planos:	11,20%	10,46%	11,27%	9,78%	10,81%	8,06%
	Índice de Referência:	IPCA + 4,5	0% ao ano	INPC-	+4,75%	С	DI

Quadro comparativo de Alocação de Investimentos x Política de Investimentos x Resolução CMN 3.792 de setembro de 2009

	Limites Máximos	Conservador	Limites Máximos	Moderado	Limites Máximos	Agressivo	Limites Máximos
Segmento	Resolução CMN 3.792/2009	% observado	Política de Investimentos	% observado	Política de Investimentos	% observado	Política de Investimentos
Renda Fixa	Até 100%	99,53%	Até 100%	87,55%	Até 100%	74,97%	100%
Renda Variável	Até 70%	0,00%	0%	12,45%	Até 20%	25,03%	Até 35%
Operações com Participantes	Até 15%	0,47%	3%	0,00%	0%	0,00%	0%

Comentários: Não foram observados desenquadramentos em relação à Política de Investimentos e à Resolução CMN 3.792 de setembro de 2009.

Sogmento	Limites Máximos	Plano BD	Limites Máximos	PGA	Limites Máximos
Segmento	Resolução CMN 3.792/2009	% observado	Política de Investimentos	% observado	Política de Investimentos
Renda Fixa	Até 100%	100,00%	Até 100%	100%	100%
Renda Variável	Até 70%	0,00%	Até 5%	0%	0%
Operações com Participantes	Até 15%	0,00%	Até 3%	0%	0%

Despesas relacionadas à Administração

	2.014
Pessoal e Encargos ^{(1) (2)}	2.000
Sistemas de Informação	547
Comunicação/Educação Previdenciária	460
Tributos	429
Taxas de Custódia	277
Locação Predial e Condomínio	272
Consultorias	239
Serviços Financeiros	221
Avaliação Atuarial	151
Associações de Classe	74
Honorários Advocatícios	67
Rateio de Custos Comuns	59
Auditorias	53
Outras Despesas	31
TOTAL	4.880
Despesas que não transitam pelo resultado	
Taxa de administração e custódia	1.290
Taxas ANBID/CETIP/CVM/SELIC	505
Corretagens e outras despesas	7

(1) As despesas	com Pessoal	e Encargos	correspondem	somente a	pessoal	próprio.

⁽²⁾ Inclui treinamentos / viagens e estadias

	2.013	2.014
Gestão Previdencial		
Plano PAI-CD	2.526	2.618
Plano BD	373	360
TOTAL	2.899	2.978
Gestão dos Investimentos		
Plano PAI-CD	1.617	1.771
Plano BD	140	131
TOTAL	1.757	1.902
TOTAL Despesas Administrativas		
Plano PAI-CD	4.443	4.389
Plano BD	513	491
TOTAL	4.656	4.880
Indicadores de Desempenho		
Despesas Administrativas	4.656	4.880
Investimentos	1.993.910	2.116.076
% Despesas Administrativas / Investimentos (a.a.)	0,23%	0,23%

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO PAI-CD

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes		
1. Entidade Fechada de Previdência Complementar :		FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL
2. Exercício :		2014
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia :		-
4. Plano de Benefício :		Plano de Aposentadoria Individual
5. Índice de Referência do Plano :	Indexador - IPCA	Taxa de Juros - 4,50% a a
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:		
6.1. Renda Fixa:		
6.2. Renda Variável:		Flavio Marassi Donatelli
6.3. Imóveis:		
6.4. Financiamentos:		
7. Mecanismo de Informação da Politica aos Participantes :		(X) Meio Eletrônico () Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alagaes adas Paguras		onservador - Margem de Alc	01 Canaamadan Dhamaifiasaña	
Alocação dos Recursos	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	5.1. Conservador - Diversificação
Renda Fixa	97,0	100,0	99,0	
Renda Variável	0,0	0,0	0,0	
Investimentos Estruturados	0,0	0,0	0,0	Limites da Resolução 3792/2009 e
Investimentos no Exterior	0,0	0,0	0,0	Anexo A da Pl
Empréstimos e Financiamentos	0,0	3,0	1,0	
Imóveis	0,0	0,0	0,0	
•••••	•••••	•••••••••••••••••••••••••••••••••••••••	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	••••••

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alexan and a Deciman	8.2.	0.2 Madavada Divavaitiana		
Alocação dos Recursos	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	9.2. Moderado - Diversificação
Renda Fixa	69,5	90,0	81,25	
Renda Variável	10,0	20,0	15,0	
Investimentos Estruturados	0,0	5,0	2,5	Limites da
Investimentos no Exterior	0,0	0,25	2,5	e Anexo A da Pl
Empréstimos e Financiamentos	0,0	3,0	1,0	
Imóveis	0,0	0,0	0,0	

Alegação dos Besumos		8.3. Agressivo - Margem de Alocação				
Alocação dos Recursos	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	5.5. Agressivo - Diversificação		
Renda Fixa	47,0	75,0	63,50			
Renda Variável	25,0	35,0	30,0			
Investimentos Estruturados	0,0	10,0	5,0	Limites da		
Investimentos no Exterior	0,0	5,00	0,5	e Anexo A da Pl		
Empréstimos e Financiamentos	0,0	3,0	1,0			
Imóveis	0,0	0,0	0,0			
10. Objetivos da gestão						

Em 2014 houve implementação de Perfis de Investimentos, permitindo aos participantes escolher dentre 3 carteiras com relação risco/retorno esperado distintas. As alocações objetivo foram definidas considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando a elaboração desta Política de Investimento. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentações táticas de acordo com as condições de mercado, mas obedecendo as faixas de alocação permitidas para cada perfil. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que pode obrigar os administradores do plano a buscar uma nova alocação alvo dentro dos limites de alocação de cada segmento e cada perfil.

11. Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa e Renda Variável

Serão elegíveis os gestores de investimento que reconhecidamente operem em um ambiente de excelência em governança e controle de risco, e que ofereçam custos competitivos de acordo com os padrões do mercado. Para tal, a Entidade deverá seguir os procedimentos abaixo relacionados: -Deverá ser feita uma prospecção no mercado sobre os gestores em questão; - Realização de Due Diligence; -Se reunir com a equipe de gestão para entender seus processos, conhecer seus perfis e demais aspectos pertinentes à organização, oportunidade que poderá ser visitado o local da gestão para conhecer a estrutura física, bem como, os demais participantes da equipe; -Elaborar um relatório final e submeter à Diretoria Executiva para aprovação. Como condição de elegibilidade dos gestores de investimento, somente serão aceitos fundos que se proponham a disponibilizar a composição da carteira atualizada em período pré-acordado e/ou a qualquer momento quando solicitado pela Entidade. Todo o processo de seleção quantitativo deverá ser sempre claro e auditável, para isso é necessário que seja utilizado ferramental adequado e que se mantenha o histórico documental do processo. Além dos critérios de "Tracking Error", "Information Ratio" e "Índice de Sucesso", é recomendado que os fundos de gestão ativa selecionados sejam avaliados em relação a sua rentabilidade e volatilidade. As avaliações quantitativas utilizarão dados de, no mínimo, 12 meses.
RESTRIÇÕES: -Não serão elegíveis aplicações em fundos condominiais que no momento da aplicação possuam patrimônio liquido menor do que R\$ 50 milhões; -Não serão elegíveis aplicações em fundos condominiais que no momento da aplicação possuam patrimônio liquido menor do 12 meses; O valor investido em fundos condominiais não deverá representar mais do que 20% do patrimônio liquido desse; -Serão elegíveis apenas os gestores que deem acesso detalhado à composição de sua carteira para fins de cálculo de risco e enquadramento sempre que necessário. Exceções às restrições listadas poderão ser analisadas pela Di

12. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da Entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a Entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. Responsável, Local e Data

São Paulo, 20 de Janeiro de 2014

Flavio Marassi Donatelli Diretor

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO BD

Política de investimentos - Informações aos participantes		
1. Entidade Fechada de Previdência Complementar :		FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL
2. Exercício :		2014
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia :		-
4. Plano de Benefício :		Plano de Benefício Definido
5. Meta Atuarial do Plano de Benefício :	Indexador - INPC	Taxa de Juros - 4,75% a. a.
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:		
6.1. Renda Fixa:		
6.2. Renda Variável:		Flavio Marassi Donatelli
6.3. Imóveis:		
6.4. Financiamentos:		
7. Mecanismo de Informação da Politica aos Participantes :	•	X) Meio Eletrônico () Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alocação dos Recursos		8. Margem de Aloca	9. Diversificação	
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	92	100	99	
Renda Variável	0	5	0	
Investimentos Estruturados	0	0	0	Limites da Resolução 3792/2009
Investimentos no Exterior	0	0	0	
Empréstimos e Financiamentos	0	3	0	
Imóveis	0	0	0	

10. Objetivos da gestão

A gestão de alocação entre os segmentos tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações da Fundação, através da superação da taxa INPC + 4,75% aa, meta atuarial do plano. Essa alocação foi definida com base em estudo de macro alocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento, ou com base na estratégia de gestão definida para o horizonte de tempo vigente nesta política. O gestor poderá ser autorizado a praticar alocações táticas com a finalidade de superar os benchmarks definidos para o plano. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que pode obrigar os administradores do plano a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação de cada segmento.

11. Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa

A Fundação realiza as seguintes análises:

Análise Qualitativa - consiste na utilização de rigorosos critérios para a seleção de administradores, objetivando um relacionamento consistente e transparente em busca de melhores resultados. Os principais tópicos analisados são: Histórico da Instituição, Filosofia de Atuação, Análise legal, Metodologias de Gestão de Risco, Conflito de Interesses e Sistemas e Processos.

Análise Quantitativa - consiste em análises estatísticas dos fundos com objetivo de avaliação dos produtos administrados pelas Instituições.

12. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. Responsável, Local e Data

São Paulo, 20 de Janeiro de 2014

Flavio Marassi Donatelli Diretor

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes	
1. Entidade Fechada de Previdência Complementar :	FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL
2. Exercício :	2014
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia :	-
4. Plano de Benefício	Plano de Gestão Administrativa
5. Índice de Referência do Plano:	CDI
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado:	
6.1. Renda Fixa:	
6.2. Renda Variável:	Flavio Marassi Donatelli
6.3. Imóveis:	
6.4. Financiamentos:	
7. Mecanismo de Informação da Politica aos Participantes :	(X) Meio Eletrônico () Impresso
QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO	O ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação			O Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	9. Diversificação
Renda Fixa	100	100	100	Limites da Resolução 3792/2009
Renda Variável	0	0	0	
Investimentos Estruturados	0	0	0	
Investimentos no Exterior	0	0	0	
Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	
Imóveis	0	0	0	

10. Objetivos da gestão

Os recursos dos planos de benefícios administrados pela entidade destinados à cobertura das despesas administrativas devem ser alocados em um fundo administrativo, que será feita de forma segregada (por plano) com uma parcela destinada às despesas específicas que competem a cada plano. A Fundação Itaúsa Industrial acompahará o desempenho dos investimentos e poderá realizar estudos de otimização visando à obtenção das metas de longo prazo.

11. Critérios de Contratação - Administração de Carteiras de Renda Fixa e Renda Variável

A Fundação realiza as seguintes análises:

Análise Qualitativa - consiste na utilização de rigorosos critérios para a seleção de administradores, objetivando um relacionamento consistente e transparente em busca de melhores resultados. Os principais tópicos analisados são: Histórico da Instituição, Filosofia de Atuação, Análise legal, Metodologias de Gestão de Risco, Conflito de Interesses e Sistemas e Processos.

Análise Quantitativa - consiste em análises estatísticas dos fundos com objetivo de avaliação dos produtos administrados pelas Instituições.

12. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. Responsável, Local e Data

São Paulo, 20 de Janeiro de 2014

Flavio Marassi Donatelli Diretor